

# O impacto da recessão no emprego formal do RS: uma análise regionalizada com ênfase na indústria de transformação\*

Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho\*\*

Tomás Pinheiro Fiori\*\*\*

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo,  
Técnico da Fundação de Economia e Estatística (FEE)  
Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Pesquisador da FEE

## Resumo

O artigo tematiza a evolução do emprego formal no Rio Grande do Sul de janeiro de 2015 ao primeiro quadrimestre de 2017 — período marcadamente recessivo — a partir das bases de dados do Ministério do Trabalho do Brasil: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). São analisadas as variações no contingente empregado de acordo com os setores e atividades econômicas dos estabelecimentos empregadores (ênfatizando-se a indústria de transformação), com a seleção de atributos dos trabalhadores e a divisão do território gaúcho, para fins de planejamento, em nove Regiões Funcionais (RFs).

**Palavras-chave:** emprego formal; Rio Grande do Sul; indústria de transformação

## Abstract

*This article analyzes the evolution of formal employment in the State of Rio Grande do Sul, from January 2015 to the first four months of 2017, a markedly recessive period, by making use of the Brazilian Labor Ministry databases: the Annual List of Social Information (RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed Workers (Caged). Variations in the contingent employed are analyzed according to the economic sectors and activities of the employer firms — with an emphasis on the processing industry —, selected attributes of the workers and the territorial division of the state in nine Functional Regions (RFs), for planning purposes.*

**Keywords:** formal employment; Rio Grande do Sul; processing industry

## 1 Introdução

---

O ciclo recessivo em que a economia brasileira se encontra, que se iniciou no segundo semestre de 2014 e se agudizou a partir de 2015, tem no mercado de trabalho uma de suas expressões mais candentes, como classicamente acontece. A ascensão vigorosa e continuada das taxas de desocupação configura a face mais drástica do custo social das turbulências no tecido produtivo.

---

\* Artigo recebido em 25 de julho de 2017.

Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

\*\* E-mail: sobrinho@fee.tche.br

\*\*\* E-mail: tomas@fee.tche.br

Os autores agradecem à colega Mariana Lisboa Pessoa pela elaboração do mapa apresentado neste artigo.

Neste artigo, analisam-se algumas manifestações dessa conjuntura no espaço estadual, tomando como suporte as bases de dados sobre os vínculos de emprego formal produzidas pelo Ministério do Trabalho (MTB). Dessa forma, as transformações pelas quais passa o mercado de trabalho gaúcho no período mais recente são investigadas a partir do universo dos indivíduos inseridos no segmento mais protegido da ocupação, o dos trabalhadores legalmente contratados. A retração desse contingente, nos anos de 2015 e de 2016, é abordada a partir de interrogantes tradicionais nas análises de mercado de trabalho, notadamente a distribuição setorial dos postos de trabalho perdidos e a evolução dos contingentes de trabalhadores segundo atributos pessoais, como sexo, idade e escolaridade.

Privilegia-se, do ponto de vista setorial, uma análise mais detida da indústria de transformação (IT) do Estado do Rio Grande do Sul, informada pela inequívoca importância dessas atividades econômicas na dinamização do tecido produtivo e pela intensidade do impacto que recebe no contexto da crise atual. As informações são examinadas a partir da divisão do território gaúcho em nove Regiões Funcionais (RFs), em conformidade com o procedimento que as agências públicas de planejamento do Rio Grande do Sul, especialmente a Secretaria de Planejamento e Gestão Governamental — têm adotado nos últimos anos.

O mesmo tratamento é dado para as informações referentes aos primeiros quatro meses de 2017, em que há registro de pequena variação positiva do emprego no Rio Grande do Sul, a qual será apresentada com as devidas advertências na respectiva seção. Algumas implicações metodológicas decorrentes das especificidades de cada uma das duas bases de dados<sup>1</sup> utilizadas serão tratadas ao longo da exposição dos resultados, em benefício da fluidez do texto. Este se subdivide de acordo com o recorte temporal e com as particularidades da metodologia utilizada para analisar os diferentes intervalos: na próxima seção, aborda-se o desempenho do mercado formal de trabalho gaúcho em 2015; na seção seguinte, o ano de 2016; na quarta parte, os resultados para os primeiros quatro meses de 2017. Uma breve seção conclusiva sumariza os principais movimentos captados quanto ao emprego com vínculo formalizado no espaço regional, ao longo dos 28 meses cobertos por esses sucessivos passos analíticos.

## 2 A retração do mercado formal de trabalho gaúcho em 2015, de acordo com a RAIS

Das duas principais bases de dados que o Ministério do Trabalho mantém e publica, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é aquela que atinge maior cobertura e confiabilidade na aferição do emprego formal do País e de suas diferentes porções territoriais. Uma vez que, no momento, a última edição disponível refere-se ao ano de 2015, apresenta-se a evolução do mercado de trabalho gaúcho naquele ano partindo da comparação dos dados da RAIS daquele ano com os do ano anterior — sendo considerada, em ambos os casos, a situação em 31 de dezembro. Essa análise, embora seus resultados já tenham tido maior oportunidade de circular, contribui para uma apreensão mais apurada das evidências referentes ao ano de 2016 e aos primeiros meses de 2017, que ainda não mereceram o necessário exame da sociedade.

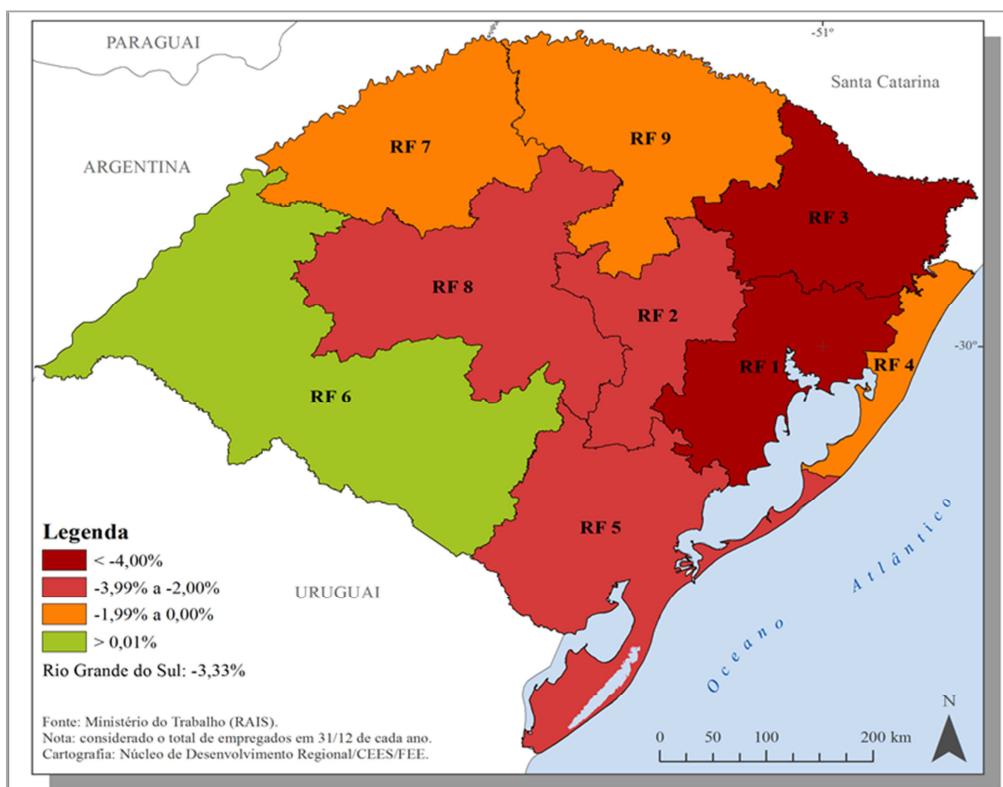
O ano de 2015 carregou consigo 103.360 empregos formais no Estado. Trata-se de uma redução de 3,3% no contingente de trabalhadores em relação a 31 de dezembro de 2014. A retração relativa do número de postos ocupados por mulheres foi menos drástica (-2,5%) do que a dos homens (-4%).

Oito das nove RFs registraram perdas (Figura 1), destacando-se, pelo percentual, a de número três, que compreende a Serra, com -4,6%, e a RF 1, em que se situa a Região Metropolitana de Porto Alegre, com -4,3%. Essas duas porções do território, que concentram grande parte da população e da atividade econômica do Estado, destacaram-se, ainda mais claramente, na variação absoluta: juntas, responderam pela perda de 84,2 mil empregos, vale dizer, 81,2% do contingente de trabalhadores formais dispensados em 2015. A única região com desempenho “positivo” — a RF 6, que engloba a Campanha — não ultrapassou a virtual estagnação (0,1% de oscilação do contingente empregado, com uma variação de meros 149 postos).

<sup>1</sup> Esses aspectos metodológicos serão aqui sucintamente apontados. Em outras oportunidades, oferece-se uma abordagem mais pormenorizada, que pode ser consultada em Xavier Sobrinho (2017) e Fiori e Xavier Sobrinho (2012).

Figura 1

Variação relativa do emprego formal nas Regiões Funcionais do RS — 2014-15



FONTE: Caged (Brasil, 2017).

Na abertura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em oito setores de atividade, o único resultado positivo foi verificado na agropecuária, setor que, no mercado formal de trabalho gaúcho, tem expressão muito modesta: 2,8% dos vínculos totais no final de 2015. Ao longo desse ano, o setor gerou 3.000 postos, o que significou um crescimento de 3,7% em seu contingente. Quanto aos demais, a indústria de transformação apareceu como foco de expulsão do maior volume de força de trabalho: 55,4 mil dos 103,6 mil postos fechados no ano, uma perda relativa de 7,6%, ao que se segue: a construção civil, com a perda de 19,1 mil postos de trabalho e a mais drástica variação entre os setores (-13,6%), e o comércio, cuja redução de 16,2 mil vagas, em termos relativos, foi menos expressiva (-2,5%) (Tabela 1).

Tabela 1

Variação do emprego formal, por setores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio Grande do Sul — 2014-15

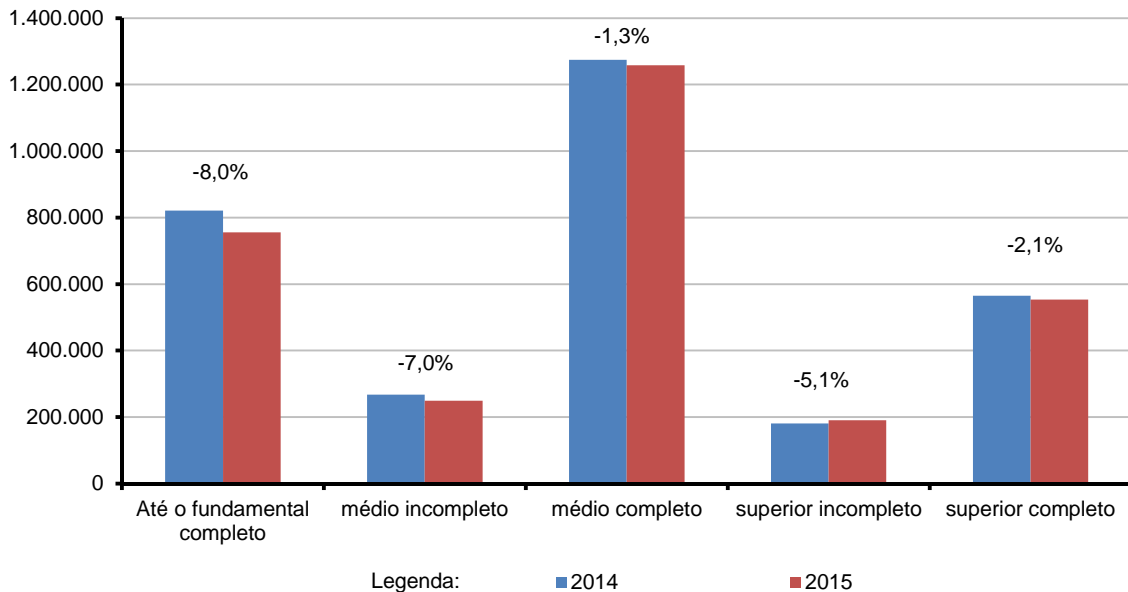
SETORES	EMPREGOS		
	2014	2015	Variação %
Extrativa mineral .....	7.317	6.767	-7,5
Indústria de transformação .....	730.738	675.327	-7,6
Serviços industriais de utilidade pública .....	30.427	29.384	-3,4
Construção civil .....	140.290	121.175	-13,6
Comércio .....	641.869	625.668	-2,5
Serviços .....	1.006.421	1.000.557	-0,6
Administração pública .....	470.355	461.901	-1,8
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca .....	81.762	84.770	3,7
<b>TOTAL</b> .....	<b>3.109.179</b>	<b>3.005.549</b>	<b>-3,3</b>

FONTE: RAIS-MTB (Brasil, 2015).

No que diz respeito à escolaridade dos trabalhadores (Gráfico 1), a redução dos contingentes indica maior penalização dos que detinham, no máximo, o ensino fundamental completo (-8,0%), havendo perdas — tendencialmente decrescentes — também nos demais estratos, com a única exceção do grupo com o nível superior incompleto, que teve elevação de contingente. O segmento dos trabalhadores com ensino médio completo sofreu perda inferior à verificada entre os diplomados no ensino superior (-1,3% e -2,1% respectivamente).

Gráfico 1

Número de empregados formais e variação relativa, por escolaridade agregada, no RS — 2014-15

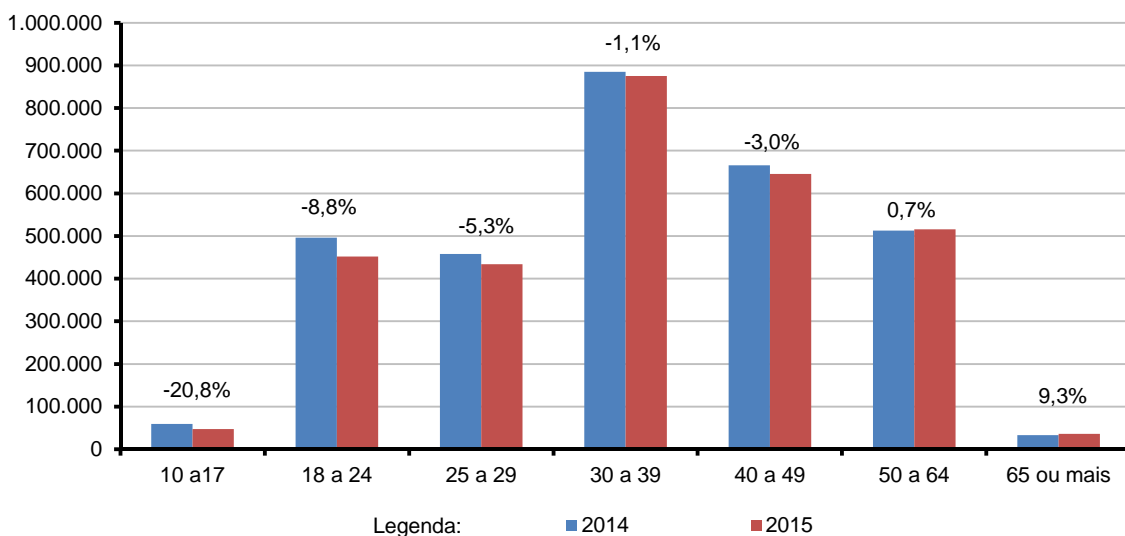


FONTE: RAIS-MTB (Brasil, 2015).

Por estratos etários dos trabalhadores (Gráfico 2), há também contrastes consideráveis na forma como o emprego variou no Estado, em 2015: as diferentes faixas de indivíduos com idades entre 30 e 64 anos sofreram diminuições menos pronunciadas do que os 3,3% verificados no total dos empregados. Os trabalhadores entre 25 e 29 anos viram seu contingente recuar 5,3%; os de 18 a 24 perderam 8,8%; e os menores (10 a 17 anos) tiveram diminuição de 20,8%. No extremo oposto, vale registrar a elevação significativa (de 9,3%) do segmento de idade mais avançada (65 anos ou mais), tendo-se presente que ele representava apenas 1,2% do emprego gaúcho ao final de 2015.

Gráfico 2

Número de empregados formais e variação relativa, por faixa etária, no RS — 2014-15



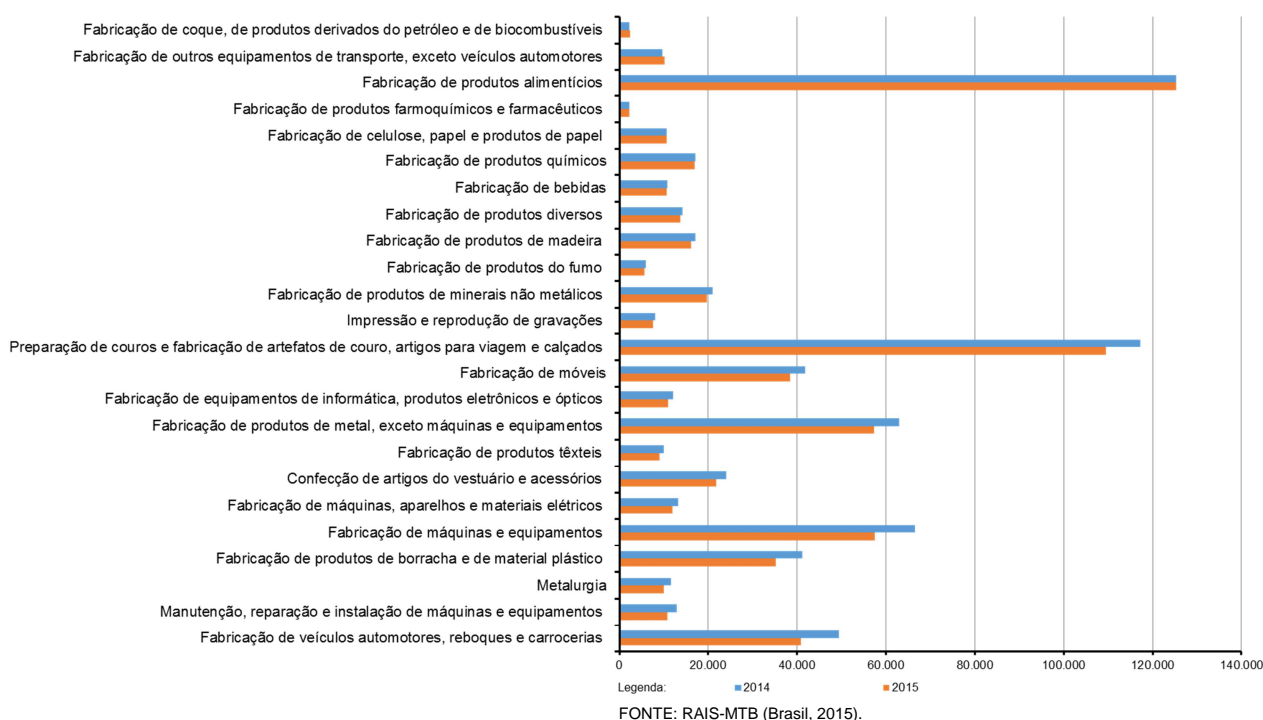
FONTE: RAIS-MTB (Brasil, 2015).

Utilizando-se a abertura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em **divisões**, e tomando-se dessas apenas as 24 que integram a indústria de transformação, tem-se uma apreensão mais acurada da

aguda crise pela qual passou esse setor — responsável, como foi referido, por mais da metade da perda líquida de postos formais de trabalho no território gaúcho, em 2015.<sup>2</sup> (Gráfico 3). Naquele ano, apenas uma divisão apresentou estabilidade no volume de empregados (fabricação de produtos alimentícios), e duas registraram acréscimo. A fabricação de produtos alimentícios, no entanto, quando observada regionalmente, evidenciou desempenho bastante heterogêneo. Enquanto as Regiões 5 e 3, que se localizam no sul e no nordeste estaduais, apresentaram perdas expressivas de 1.087 (-3,9%) e 842 (-11,5%) postos, respectivamente, o setor viu-se compensado, na média estadual, por ganhos em todas as demais regiões, com destaque, em termos absolutos, para as RF 1 (531) e 9 (659).

Gráfico 3

Número de empregos formais, segundo as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, na indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 2014-15



Quanto às duas divisões CNAE integrantes da IT que registraram acréscimo de trabalhadores em 2015, tem-se, primeiramente, a de Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, que cresceu 3,6%, tendo gerado 354 postos adicionais com relação ao ano anterior. A participação dessa divisão no emprego da IT gaúcha, em 2015, limitava-se a cerca de 1,5% em todo o Estado, mas ultrapassava os 5% do emprego do setor na Região Funcional 5, especialmente o crescimento dessa divisão também se concentrou nessa região, que corresponde ao sul do Estado, onde a instalação do Polo Naval de Rio Grande ainda trazia efeitos dinamizadores — envolvendo a fabricação de embarcações contempladas nessa classificação.<sup>3</sup> Na RF 5, a variação absoluta do emprego nessa divisão foi de 583 postos<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Considera-se, aqui, a correspondência entre as divisões da CNAE 2.0 e sua seção correspondente à indústria de transformação (ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) e Comissão Nacional de Classificação (Concla). Disponível em: <<http://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>>. Acesso em: jul. 2017). O total de empregos apurados a partir das aberturas pertinentes da CNAE, no entanto, não resulta idêntico ao dado que a mesma base oferece quando apresenta o setor da indústria de transformação, na classificação setorial padrão do IBGE. Esta, tanto em 2014 quanto em 2015, aponta um número de empregados 3,3% superior ao obtido pela agregação das divisões CNAE 2.0. integrantes da indústria de transformação.

<sup>3</sup> A RF 2 (que abarca os Vales do Rio Pardo e do Taquari) também apresentou crescimento do emprego nessa divisão, ainda que em números pouco expressivos, com saldo de 150 postos adicionais.

<sup>4</sup> Deve-se ressaltar que, após seis anos de acelerado crescimento dos postos de trabalho na construção de embarcações, o Município de Rio Grande apresentou uma retração de 1.486 vagas nessa classe CNAE, em 2015, o equivalente a quase 20% do total verificado em 2014. O resultado da região para 2015, no entanto, foi mais do que compensado pela criação de 2.066 postos de trabalho nessa mesma atividade no Município de São José do Norte, em 2015, fruto de um investimento de mais de US\$ 500 bilhões da EBR Estaleiros do Brasil S.A. entre 2011 e 2014.

A segunda divisão CNAE a apresentar saldo positivo no emprego formal, com resultado ainda menos expressivo em valores absolutos (234 postos), foi a da Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis. Nesse caso, a variação relativa é mais importante (10,6%), mas o peso do conjunto dessa divisão na estrutura do emprego industrial gaúcho é mínimo, limitando-se a 0,4% no final de 2015. O crescimento apurado para aquele ano localizou-se na RF 3, que abrange a Serra (elevação de 427 vagas na região “atenuada” por perdas em outras RFs)<sup>5</sup>.

Quando se parte para o amplo leque das divisões da IT em que o emprego formal sofreu retração no Estado, em 2015 — 21 das 24 aberturas —, destacam-se atividades de grande importância na estrutura produtiva gaúcha. Com as maiores perdas absolutas aparecem: Fabricação de máquinas e equipamentos (-9 mil postos); Veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,5 mil); Artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-7,8 mil); Produtos de borracha e de material plástico (-6 mil). Juntas, essas quatro divisões (que representavam, no final de 2015, cerca de 37% do emprego na indústria de transformação gaúcha) foram responsáveis por quase 60% da retração da força de trabalho setorial naquele ano.

Fazendo-se um recorte espacial, tanto o setor de Máquinas e equipamentos quanto o de Veículos automotores, reboques e carrocerias apresentaram perdas relativamente equânimes em todas as Regiões Funcionais do Estado. Os Produtos de borracha e de material plástico, por outro lado, têm seus vínculos de emprego mais concentrados no território gaúcho, atingindo quase 87% (35,8 mil) apenas nas RF 1 e 3 — regiões que somaram uma perda de 5,5 mil postos de trabalho nesse setor, em 2015, o que o posicionou entre aquelas divisões da Indústria de transformação com maior retração relativa no Rio Grande do Sul.

A divisão CNAE referente à produção de Artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, por sua vez, embora não figure entre as maiores perdas relativas de empregos formais, tem uma grande importância para o conjunto da indústria de transformação do RS: em 2014, era aquela que mais empregava, com cerca de 16,6% do total de empregados do setor. Desse contingente, 72,8% localizavam-se na Região Funcional 1, onde se encontra o Vale do Rio dos Sinos. Apenas nessa região foram perdidos 7,3 mil postos de trabalho entre 2014 e 2015, quase todo o saldo negativo do setor no Estado.

No *ranking* das perdas relativas, tem-se o setor de Veículos automotores, reboques e carrocerias, que liderava com -17,3%, seguido do setor de Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-16,4%), do de Metalurgia (-15,1%), e do setor de Produtos de borracha e de material plástico (-14,7%) e Fabricação de máquinas e equipamentos (-13,5). Embora a Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, bem como a Metalurgia, não tenham peso expressivo no conjunto da IT do Estado — somavam 3,5% do total em 2014 —, suas perdas totalizaram 3,9 mil empregos ao longo de 2015. Especialmente, a Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos teve sua redução concentrada na RF1, enquanto a Metalurgia, na RF1 e RF3.

O ano de 2015, dessa forma, caracterizava-se por uma aguda retração do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul, generalizada, do ponto de vista setorial (exceção única feita à agropecuária). Destaque foi o setor secundário, com a indústria de transformação tendo respondido por mais da metade de todo o contingente dispensado no Estado e assinalado a segunda mais alta retração relativa (em que a liderança foi da construção civil). As perdas na indústria penalizaram especialmente setores intensivos em engenharia, de grande importância estratégica. A força de trabalho formalmente empregada retraiu-se de forma a expulsar proporcionalmente mais homens, indivíduos mais jovens e, de modo geral, os menos escolarizados.

Analisa-se, a seguir, o comportamento dessas variáveis no ano de 2016 — em que a crise se prolonga, com um pouco menos de intensidade, mas acrescentando às perdas do ano anterior uma pesada carga de eliminação de postos formais de trabalho.

### 3 O prolongamento da contração, em 2016, segundo o Caged

A análise do comportamento do mercado formal de trabalho no Estado, no ano que passou, apoia-se em outra base de dados do Ministério do Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que é

<sup>5</sup> Vale assinalar que o acréscimo de empregos se deu na fabricação de biocombustíveis, exceto álcool, no Município de Veranópolis. Nele, encontra-se a segunda maior planta produtiva de biodiesel do País, da Oleoplan S.A., que opera comercialmente desde 2007. Os dados de emprego são erráticos, alternando anos positivos com anos zerados, o que pode indicar problemas de apresentação da declaração ou de localização dos registros, por parte da empresa.



alimentado a partir de informações mensalmente prestadas por estabelecimentos que admitam ou desliguem trabalhadores. O universo abrangido é um pouco mais restrito, excluindo da obrigatoriedade de notificação alguns segmentos. Desses, aquele que detém maior participação na estrutura da ocupação formal é o dos trabalhadores estatutários da administração pública. Ademais, mesmo entre os empregadores que deveriam declarar, o percentual dos que não o fazem é mais alto, segundo o acompanhamento do próprio Ministério, do que no caso da RAIS. Outra advertência importante: a base do Caged não oferece suporte para mensurar as variações relativas do emprego, permitindo apenas consultar informações sobre os indivíduos e vínculos de trabalho que foram iniciados ou rompidos no período. Por isso, como um recurso **aproximativo**, essa referência costuma ser buscada pelos pesquisadores na última RAIS disponível — no caso desta análise, a de 2015. As estimativas de variação percentual resultantes são, por isso, menos confiáveis e, cabe ressaltar, não são oficiais. Registra-se que, visando refinar esse procedimento metodológico, subtraem-se, da RAIS, que é tomada como suporte para estimar as variações do Caged, aquelas categorias de vínculo de emprego que não são abrangidas por essa última base (Fiori; Xavier Sobrinho, 2012; Xavier Sobrinho, 2017).

Feitas essas considerações, analisa-se, a seguir, de acordo com o Caged, o comportamento do emprego formal gaúcho no ano de 2016, que representou o prolongamento da trajetória adversa do ano anterior: foram eliminados 53,6 mil postos, o que significa uma nova redução, dessa vez estimada em 2,1%, dos vínculos legalizados. A intensidade dessa retração sugere, em que pesem as diferenças metodológicas expostas, algum abrandamento em relação ao ano anterior, mas seus efeitos acumularam-se, conduzindo a problemática ocupacional do Estado a um grau ainda mais dramático.

Assim como no ano de 2015, a perda de postos parece ter sido um pouco mais severa, proporcionalmente, para os homens (-2,2%) do que para as mulheres (-1,9%). O número de empregos que as mulheres deixaram de ocupar representou 40,4% do total de vagas fechadas no ano, ao passo que as trabalhadoras tinham participação de 43,5% no contingente formalmente ocupado no final do ano anterior.

Uma vez mais, o setor secundário recebe grande parte do impacto recessivo. A indústria de transformação, repetindo 2015, respondeu, no ano passado, por, praticamente, a metade do saldo negativo no emprego (26,6 mil de 53,6 mil). O segundo maior volume de postos eliminados foi, dessa vez, nos serviços (-12,6 mil), seguido de perto da construção civil (-10,3 mil). Como esse último setor tem uma dimensão muito inferior ao dos serviços (cerca de um quarto), o efeito relativo foi o mais drástico: cerca de -8,5% de decréscimo, com base nas estimativas do Caged. A segunda maior retração percentual atinge o (também pequeno) setor da extração mineral (-7,9%), e, nesse ordenamento de variações percentuais, a indústria de transformação vem em terceira posição, com -3,9%. Mais uma vez, a agropecuária logra algum crescimento (que se estima em 1,7%, bem mais moderado do que os 3,7% que a RAIS apontou para 2015). Além desse, o único “sinal” não negativo dentre os setores, a partir do procedimento aproximativo utilizado, seria o da administração pública, mas é mais prudente não o considerar, pois a não cobertura dos vínculos estatutários no Caged (e na RAIS aqui “recalculada” para este exercício) gera excessiva distorção na apreensão da realidade desse setor (Tabela 2).

Tabela 2

Estoques e variação do emprego formal, por setores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no RS — 2015-16

SETORES DO IBGE	EMPREGO		
	2015	2016	Varição %
Extrativa mineral .....	6.760	6227	-7,9
Indústria de transformação .....	674.855	648.267	-3,9
Serviços industriais de utilidade pública .....	25.391	24.990	-1,6
Construção civil .....	121.087	110.824	-8,5
Comércio .....	625.252	620.145	-0,8
Serviços .....	970.198	957.634	-1,3
Administração pública .....	55.857	56.237	0,7
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca .....	84.737	86.164	1,7
<b>TOTAL</b> .....	<b>2.564.137</b>	<b>2.510.488</b>	<b>-2,1</b>

FONTE: CAGED (Brasil, 2017).

RAIS-MTB (Brasil, 2015).

NOTA: Os estoques de empregos da RAIS (referentes a 31 de dezembro de 2015) foram adaptados visando à harmonização com o universo coberto pelo Caged.

Os desempenhos regionais são bastante variados, mesmo com a clara predominância dos resultados adversos. Mais próximos à estabilidade, encontram-se, de um lado, saldos minimamente positivos nas RFs 6 (que engloba a Campanha) e 8 (o Centro, nucleado por Santa Maria), que, juntas, não chegam a gerar 500 postos no ano e têm oscilações estimadas em 0,2% e 0,1% no emprego. De outro lado, duas RFs apresentaram retrações sua-

ves, considerando-se o quadro geral: a RF 2 (os vales) e a 4 (litoral), com percentuais de -0,4% e -0,3% respectivamente. As duas regiões com maior peso no emprego e na economia gaúcha, a 1 (Metropolitana) e a 3 (Serra) voltaram a ostentar perdas mais profundas do que o agregado do Estado (que, por sua vez, responde fortemente aos resultados delas, ocioso dizer). Na primeira, a redução é estimada em 2,3%; na segunda, em 3,6%. Na RF serrana, a violência da conjuntura recessiva se concentra na IT, que elimina 8,7 mil das 13,2 mil vagas perdidas naquele território em 2016.<sup>6</sup>

Entretanto, a Região Funcional em que a gravidade da crise se fez sentir de modo mais agudo, em 2016, foi a de número 5 (Sul), que amargou uma retração de 4,3% no emprego formal, com a perda de 6,3 mil postos. Somente a IT fechou 4,1 mil postos, assinalando um decréscimo de 15,4%, novamente puxado pelo declínio de Rio Grande, como ocorreu em 2015. A indústria extrativa mineral diminuiu 15,4%, e a construção civil, 14,4%. Embora a estrutura do emprego na região seja predominantemente terciária, esses resultados selaram a reversão de um período de grande dinamismo, animado por projeções de uma transformação estrutural da economia naquele território, com a implantação e o esperado amadurecimento do Polo Naval. A redução do emprego apenas na divisão CNAE Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, no ano passado, foi de 4,3 mil postos, número mais de sete vezes superior aos 583 empregos gerados regionalmente nessas atividades econômicas, em 2015. Naquele ano, a ampliação dos empregos em São José do Norte mais do que compensou o início do declínio do Município de Rio Grande. Além disso, o número de empregos extintos na RF 5, em 2016, nessa Divisão CNAE, constituiu a quase totalidade do saldo negativo que essa atividade registrou no conjunto do Rio Grande do Sul: no Estado, a perda estimada foi de 4,5 mil vagas, posicionando essa divisão CNAE como a de pior desempenho no ano.

Em oito das nove regiões, o desempenho da indústria de transformação foi mais desfavorável do que o do conjunto dos setores. Considerado o total do Estado, quatro das 24 divisões CNAE pertencentes à IT concentraram 65,9% da retração do emprego setorial. Foram elas, por ordem de número de postos eliminados: a já referida Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-4,5 mil); Fabricação de máquinas e equipamentos (-4,4 mil); fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,3 mil); e Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-3,2 mil). Com isso, observa-se que o perfil dos setores mais atingidos é fundamentalmente o mesmo observado acima, na análise de 2015 (Gráfico 4).

Quando se observam, nas diferentes RFs, as divisões CNAE da IT que se destacaram negativamente em 2016, reencontra-se, de modo geral, a recorrente presença de algumas das quatro acima citadas. Na RF 3 e na RF 9, merece menção, adicionalmente, a perda de postos na Fabricação de móveis (20% do saldo negativo); na RF 7 e na RF 4, a de Minerais não metálicos; na RF 8, a eliminação de vagas na Fabricação de alimentos.

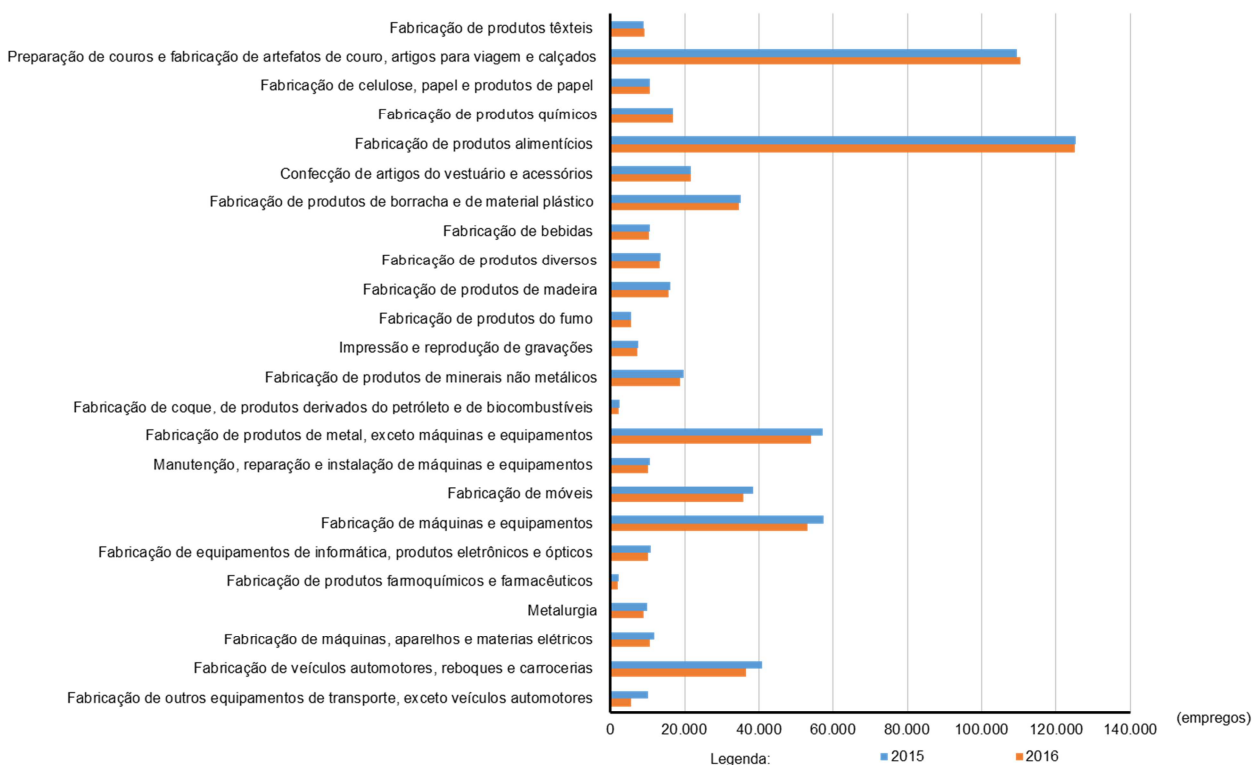
O perfil dos trabalhadores que deixaram o mercado formal marca algumas diferenças com relação ao ano anterior. Tomando-se as faixas etárias, um contraste acentuado refere-se aos menores de idade. Esse segmento, pouco expressivo em contingente (cerca de 1,6% do total empregado, ao final de 2015, segundo a RAIS), havia liderado as perdas relativas, em 2015, com cerca de 20% de retração. No ano passado, de acordo com o Caged, esse estrato etário apresentou um comportamento radicalmente discrepante do conjunto dos trabalhadores: seu crescimento pode ser estimado em cerca de 35%, no contexto de retração de 2,1% do emprego formal total. O segmento seguinte, entre 18 e 24 anos de idade, também registrou ganho (pouco mais de 4%, com base na aproximação acima descrita). À medida que as idades progridem, as perdas relativas se aprofundam, partindo dos -2,4% para os indivíduos entre 25 e 29 anos até chegarem a uma redução de elevada intensidade para os mais idosos: -7,9% para os trabalhadores entre 50 e 64 anos de vida; -16,2% para trabalhadores com 65 anos ou mais. Nota-se, com a cautela que as diferenças de fontes impõem, que ocorre uma inversão do padrão de seletividade segundo a idade entre os dois períodos, já que, em 2015, os cortes tinham atingido mais duramente os segmentos mais jovens, enquanto os mais idosos eram, então, os únicos a ostentarem acréscimos — sendo o mais pronunciado, justamente (9,3%), o da última coorte (trabalhadores de 65 anos de idade ou mais). Nas nove RFs, a tendência que caracterizou 2016 pôde ser verificada: os segmentos mais jovens tiveram considerável crescimento; os mais idosos, retração intensa (Gráfico 5).

<sup>6</sup> Nessa região, o destaque negativo fica com o Município de Nova Bassano, que, pelas estimativas do Caged, registrou, em 2016, uma perda de 910 vagas na indústria de transformação e de 848 vagas na construção civil, o que pode representar surpreendentes 34% de todo o emprego formal registrado na cidade pela RAIS de 2015.



Gráfico 4

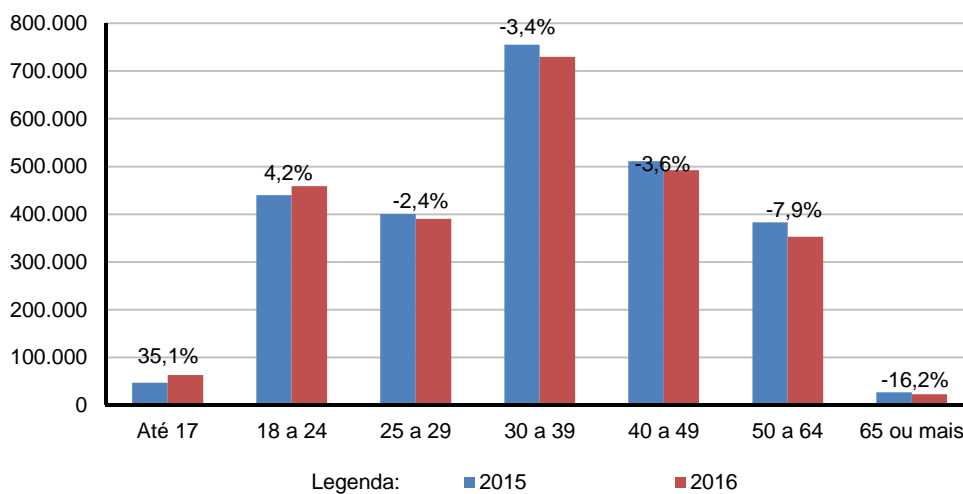
Estoque estimado do emprego formal, segundo as divisões da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, na indústria de transformação do RS — 2015-16



FONTE: CAGED (BRASIL, 2017).  
RAIS-MTB (BRASIL, 2015).  
NOTA: Os estoques de empregos da RAIS (referentes a 31 de dezembro de 2015) foram adaptados visando à harmonização com o universo coberto pelo Caged.

Gráfico 5

Número estimado de empregados formais e variação relativa, por faixa etária, no RS — 2015-16

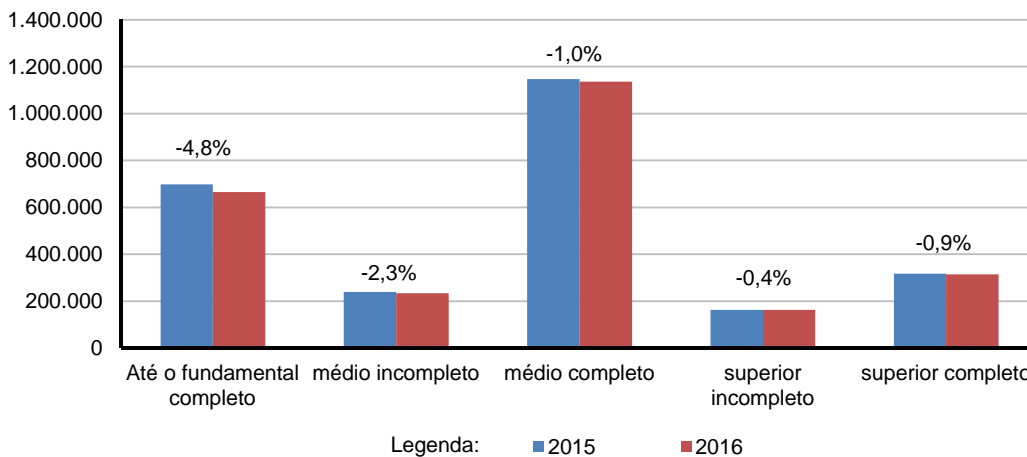


FONTE: Caged (BRASIL, 2017).  
RAIS-MTB (BRASIL, 2015).  
NOTA: Os estoques de empregos da RAIS (referentes a 31 de dezembro de 2015) foram adaptados visando à harmonização com o universo coberto pelo Caged.

Por fim, ao se observarem as variações de contingente da força de trabalho formalmente empregada segundo a escolaridade dos indivíduos, reencontra-se a tendência de retrações mais fortes nos segmentos com menos anos de estudo completos. O decréscimo do contingente de trabalhadores com até o ensino fundamental completo seria de cerca de 4,8% no conjunto do Estado (bem superior aos 2,1% estimados para o total do emprego formal). Em graus diferenciados, esse decréscimo relativo mais forte do segmento menos escolarizado foi verificado em todas as RFs. Ao se ultrapassar o ensino fundamental completo, as perdas relativas são tendencialmente decrescentes. Assim como em 2015, entretanto, o segmento com ensino superior incompleto tem desempenho um pouco mais favorável (-0,4%) do que o dos indivíduos diplomados nesse nível (-0,9%). Consta-se que, nessa abertura por escolaridade, nenhuma categoria obtém variação positiva (Gráfico 6).

Gráfico 6

Número estimado de empregados formais e variação relativa, por escolaridade agregada, no RS — 2015-16



FONTE: Caged (BRASIL, 2017).

RAIS-MTB (BRASIL, 2015).

NOTA: Os estoques de empregos da RAIS (referentes a 31 de dezembro de 2015) adaptados visando à harmonização com o universo coberto pelo Caged.

O ano de 2016, em síntese, prolongou as principais tendências detectadas no ano anterior, com nova contração do emprego formal (um pouco menos intensa), em que sobressaiu a indústria de transformação (novamente respondendo por cerca de metade do saldo negativo), a mão de obra masculina foi um pouco mais atingida, e trabalhadores menos escolarizados foram proporcionalmente mais alijados. Distingue-se, em parte, a distribuição regional dessa maré adversa: embora novamente se destaquem as RFs mais populosas e com maior densidade produtiva (a RF1 e a RF3), a RF5, dessa vez, foi o território mais drasticamente abalado pela conjuntura. Ademais, quatro RFs conseguiram enfrentar o ano com variações do total de empregados próximas a zero. Ao contrário do ano anterior, o contingente de trabalhadores mais jovens ostentou desempenhos positivos, e a variação piorou com o avanço dos intervalos etários, até marcar forte enxugamento do segmento com 65 anos ou mais.

## 4 Uma menção ao primeiro quadrimestre de 2017: sinal positivo a ser lido com reservas

A base do Caged, no momento de finalização deste artigo, apresentava os resultados até o mês de abril de 2017.<sup>7</sup> Optou-se por desmembrar a análise de 2016 e a do primeiro quadrimestre de 2017 menos em razão da convenção das análises conjunturais de se privilegiar os anos completos do que pela cautela metodológica com os efeitos da sazonalidade nos indicadores de mercado de trabalho. Em estudo anterior (Fiori; Xavier Sobrinho, 2012), foi abordada essa problemática mais detidamente do que o presente texto comporta, chegando-se a calcu-

<sup>7</sup> A plataforma do Ministério do Trabalho que permite o acesso ao Caged exige duas consultas complementares para que se obtenham os resultados mensais: na primeira (Caged estatístico), encontram-se as informações referentes às declarações dos empregadores que informaram as movimentações de mão de obra dentro do prazo legal; na segunda (Caged fora do prazo), os dados — residuais, por assim dizer — das notificações que chegaram ao Ministério com atraso são recuperados e associados aos meses em que as admissões e desligamentos efetivamente ocorreram. Nesse momento, trabalhamos com o Caged estatístico até abril, mas com as declarações fora do prazo apenas até março — pois, evidentemente, essa segunda base tem uma defasagem um pouco maior.

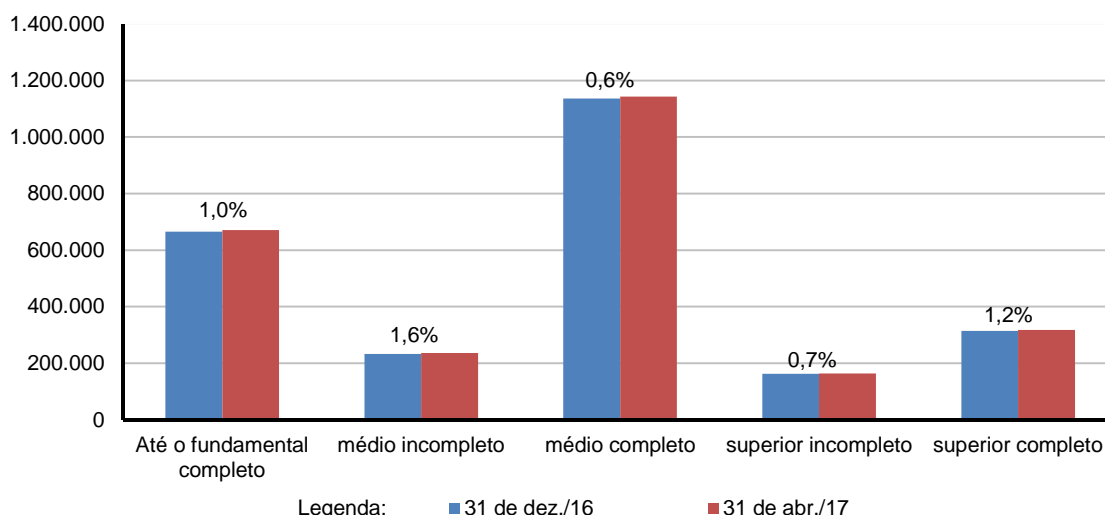
lar os índices sazonais para o emprego formal do Brasil, do Rio Grande do Sul e das regiões do Estado. Os índices servem para reforçar a reserva que deve cercar qualquer comparação entre indicadores referentes a um ano totalizado e a uma secção desse ciclo. Antes de aludir sumariamente a alguns daqueles resultados, convém apresentar as evidências, na forma que o Caged as fornece, sobre esses primeiros quatro meses de 2017.

Os registros administrativos do MTB consolidaram um saldo positivo de praticamente 22 mil postos formais de trabalho, no Rio Grande do Sul, entre janeiro e abril do corrente ano.

Cerca de 29% dos postos adicionais detectados pelo Caged nesses primeiros meses de 2017 foram ocupados por indivíduos com escolaridade até o fundamental completo, em uma variação estimada de 1,0% sobre o estoque de 31 de dezembro de 2016. Outros 31% das vagas adicionais, no quadrimestre, dizem respeito a empregados com ensino médio completo. O contingente nesse nível de escolaridade teve a menor variação relativa (0,6%), muito embora tenha tido o crescimento mais expressivo em termos absolutos, já que ele abarca parcela amplamente majoritária entre os empregados formais. Os estratos com ensino médio incompleto e superior completo registraram os maiores percentuais de expansão: 1,6% (associados a 3,7 mil postos) e 1,2% (3,8 mil empregos) respectivamente. Como se vê, o comportamento do quadrimestre contrasta nitidamente com o dos dois anos anteriores, marcados por retrações mais severas para os que detinham menor número de anos de escolarização formal (Gráfico 7).

Gráfico 7

Número estimado de empregados formais e variação relativa, por escolaridade agregada, no RS — dez./16-abr./17



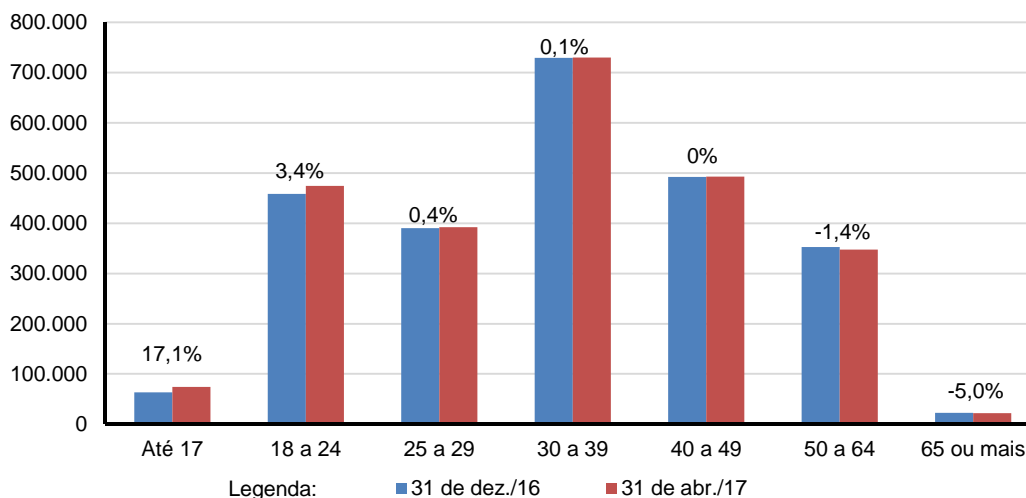
FONTES: CAGED (Brasil, 2017).  
RAIS-MTB (Brasil, 2015).

Quando se retorna à abertura por faixas etárias, constata-se que o crescimento mais expressivo, entre janeiro e abril últimos, deu-se no (pequeno) contingente de menores de idade (2,5%, aproximadamente, do contingente formalmente empregado no RS). Nesse quadrimestre, sua variação foi de 17,1%, com um acréscimo de 10,8 mil postos — quase metade da elevação total aferida no mercado de trabalho. Dentre os maiores, os mais jovens (18 a 24 anos) têm a segunda maior variação (3,4% estimativamente), e o volume de vagas que incorporaram é ainda maior (15,4 mil) do que o dos indivíduos de até 17 anos. A faixa entre 25 e 29 já mostra uma variação positiva muito suave: 0,4%, ou 1,4 mil empregos. A seguir, resultados próximos a zero, e, a partir da faixa de 50 a 64 anos, negativos. Esse último intervalo teve eliminados 5,1 mil empregos (cerca de -1,4%), e o grupo de indivíduos mais idosos — que é o menos numeroso no mercado formal — encolheu 5% nesses quatro meses, com a perda de 1,1 mil postos. Esse desempenho das diferentes faixas etárias é semelhante e reforça a tendência detectada em 2016, a qual, por sua vez, contrariava a do ano anterior, em que o maior fardo do ajuste ficara a cargo dos mais jovens. (Gráfico 8).

No primeiro quadrimestre de 2017, de acordo com o Caged, apenas duas RFs apresentaram retração: a RF 4, que coincide com o Corede Litoral, mostra perda de quase quatro mil vínculos de emprego (estimáveis como cerca de 7% de queda); já a RF 5 enfrenta uma variação menos drástica, tanto em valores absolutos (-2 mil postos aproximadamente) quanto relativos (em torno de -1,5%).

Gráfico 8

Número estimado de empregados formais e variação relativa, por faixa etária, no RS — dez./16-abr./17



FONTE: CAGED (Brasil, 2017).  
RAIS-MTB (Brasil, 2015).

Nesse ponto evidencia-se exemplarmente a limitação da série sem ajuste sazonal para aquilatar o movimento do primeiro quadrimestre. Em Fiori e Xavier Sobrinho (2012), constatou-se que, no Corede Litoral, o volume de empregos temporários tende a inflar os indicadores de emprego nos meses de dezembro a fevereiro, com as despedidas iniciando-se no mês de março, refletindo as características de região de veraneio. Para se ter uma ideia, os empregos registrados no mês de janeiro apresentavam tendência altista de mais de 15%, conforme o índice sazonal apurado com base na década passada, enquanto as despedidas de abril pressionaram para baixo em quase 3% o número de vagas perdidas em razão do término da temporada de verão. No primeiro quadrimestre, portanto, os dois primeiros meses deveriam representar fortes altas, enquanto os dois seguintes, o início das perdas, que se estendem ao longo de todo o ano. Os números negativos encontrados para esse período do ano de 2017, no entanto, sugerem prejuízos muito severos, que apontam para problemas potencialmente mais graves a afetar toda a região, apesar de as perdas se concentrarem em municípios como Torres, Capão da Canoa, Xangri-Lá e Tramandaí.

No que tange à Região Funcional 5, constituída pelo Corede Sul, os índices sazonais encontrados no estudo de 2012 apontaram para uma relativa estabilidade dessa componente, que não chegava a alterar significativamente as tendências observadas nos dados brutos. Pelo contrário, quando se observa a maior concentração municipal dessas perdas, em 2017, nos Municípios de Rio Grande e de São José do Norte — responsáveis por dois terços das vagas extintas na região —, percebe-se a continuidade do processo de reversão do protagonismo antes desempenhado pelo Polo Naval. No entanto, cabe salientar a perda de cerca de mil postos de trabalho nos Municípios de Pelotas e de Morro Redondo, na fabricação de produtos alimentícios, uma das principais atividades de transformação industrial da região. Para Pelotas, a perda relativa foi de quase 10% do emprego nessa atividade, enquanto no pequeno município de Morro Redondo a perda é de praticamente 100% dos empregos em fabricação de alimentos<sup>8</sup>.

Dentre as cinco regiões que sediaram mais admissões do que desligamentos, destaca-se, com grande distância sobre as demais, a RF 2 (que compreende os Vales do Rio Pardo e do Taquari), em que 12,5 mil vagas adicionais são registradas (o equivalente a 7% de acréscimo). A segunda colocação, em variação percentual e volume de postos, é a da RF 3 (Serra), com menos de 2% de crescimento estimados, a partir de um saldo positivo de 6,6 mil empregos. Embora essa última região seja sempre lembrada por sua pujança industrial, o resultado desses quatro meses de 2017 foi fortemente condicionado pela divisão CNAE Agricultura, pecuária e serviços relacionados (quase dois terços do saldo gerado), especialmente no Município de Vacaria.

Já a elevação do emprego na RF 2 deve ser creditada quase integralmente à divisão Fabricação de produtos do fumo, que gerou, nesse município, quase 10 mil postos — o que, vale assinalar, representa cerca de 45% do resultado geral do Estado no período. Aqui, novamente, a sazonalidade mostra-se muito acentuada e merece ponderações. A alta concentração de empregos criados nos Municípios de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires

<sup>8</sup> Em meados de 2016, a Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda. (Cosulati) encerrou toda a sua operação em Morro Redondo, com a demissão em massa de 180 funcionários.

é comum, iniciando-se, anualmente, em fevereiro, com acentuação entre os meses de março e junho. Como também demonstrado por Fiori e Xavier Sobrinho (2012), o forte impacto nos indicadores de emprego mensal no Vale do Rio Pardo é oriundo da contratação temporária de safreiros para a plantação de fumo.

Tomadas as variações setoriais do conjunto do Rio Grande do Sul, é a IT, isoladamente, a responsável por esse desempenho no quadrimestre: nela são gerados 20 mil dos 22 mil empregos, que significam cerca de 3% de variação para o contingente do setor. Reitera-se o fato de que metade dessa expansão setorial corresponde a vínculos temporários que respondem à safra fumageira. Além da IT, apenas a agropecuária tem um resultado positivo considerável (elevação de 3,4 mil postos em um crescimento relativo mais próximo a 4%), lembrando que o emprego formal capta uma parcela bem menos significativa do trabalho nessas atividades econômicas do que nos demais setores. Serviços têm sinal positivo, mas uma variação estimada de apenas 0,2%; o comércio, perda de 2,8 mil postos (-0,5% estimativamente). Os dados sobre a administração pública, como já foi enfatizado, não têm confiabilidade nesse tratamento com base no Caged (que se apoia em uma tabulação “desidratada” da RAIS, produzida especialmente para esse fim); a construção civil, por fim (repassando-se apenas os principais setores), gera 472 novos postos, algo como 0,4% de variação.

Diferentemente do que foi observado na análise dos dois anos anteriores, essa expansão no quadrimestre mostrou-se muito mais favorável aos trabalhadores homens do que às mulheres. Cerca de 76% das vagas adicionais foram para o sexo masculino. Curiosamente, no setor que gerou mais postos no quadrimestre, a indústria de transformação, o avanço foi bem distribuído em número de empregos, sendo, por isso, até mais favorável, relativamente, às trabalhadoras, que ainda têm menor participação no setor. As variações (aproximativas) no agregado dos setores foram de 4% para o sexo feminino e de 2,5% para o masculino. A explicação dessa grande diferença de desempenho encontra-se, em grande parte, no comércio, em que as trabalhadoras perderam 4,7 mil postos, enquanto os trabalhadores homens tiveram um adicional de 1,9 mil. É importante observar — e é digno de acompanhamento e investigações suplementares — que essa discrepância da variação, por gênero, ocorreu, no comércio, mesmo com intensidades variáveis, nas nove Regiões Funcionais.

Conforme assinalado repetidas vezes, os resultados trazidos pelo Caged para esse primeiro quadrimestre de 2017 precisam ser encarados com redobrado cuidado. Além das limitações que essa base carrega — sem que isso comprometa seu grande valor como instrumento de pesquisa —, há que se atentar ao já suficientemente enfatizado aspecto da sazonalidade. O Rio Grande do Sul, em seu conjunto, tem, justamente no mês de abril, o ápice do índice sazonal do emprego formal. Fevereiro e março também são meses com viés de elevação. Ao lado desses três meses, que integram o primeiro quadrimestre, apenas maio e novembro tinham valores superiores a 1, no cálculo realizado em Fiori, Xavier Sobrinho (2012). Com isso, qualquer expectativa de que esse sinal positivo prenuncie a reversão do ciclo de contração do emprego gaúcho é, quando pouco, precoce. Basta considerar que, no ano de 2015, o primeiro quadrimestre, de acordo com o Caged, teve saldo positivo de 49,5 mil postos, ao passo que, ao final do ano — segundo a base mais confiável do Ministério do Trabalho, a RAIS — computava-se uma perda de 103,6 mil empregos formais no Estado. Em 2016 — e, nesse caso, contando-se apenas com o Caged —, a totalização do ano registrou eliminação de 53,6 mil vagas, mas o período de janeiro a abril acumulava ganhos de 12,8 mil postos.

## 5 Considerações finais

---

Mesmo restringindo o seu foco ao território do Rio Grande do Sul, este artigo permitiu evidenciar os drásticos efeitos que a conjuntura recessiva brasileira vem impondo ao mercado de trabalho, em um intervalo de tempo — delimitado, aqui, em 28 meses —, cuja duração amplifica os sacrifícios impostos à sociedade. A contribuição aqui consolidada enfocou a problemática a partir do universo dos indivíduos formalmente empregados, cuja contração, patente, tem como reverso o aumento do desemprego e a expansão das inserções precárias na ocupação.

Com o reconhecido inconveniente de segmentar o percurso analítico, percorreram-se, sucessivamente, as evidências relativas a 2015, 2016 e aos primeiros quatro meses de 2017, já que, para cada uma dessas seções da conjuntura, as fontes de dados e/ou o alcance interpretativo diferenciavam-se sensivelmente. Para o primeiro dos anos investigados, pôde-se contar com edições da RAIS em cada uma das “pontas” e constatou-se que, entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, o mercado de trabalho gaúcho viveu o momento mais agudo da crise. A eliminação de mais de 100 mil postos de trabalho representou um encolhimento de 3,3% do número de vínculos formais no Estado, retração capitaneada pela indústria de transformação, embora as perdas tenham sido generalizadas setorialmente (exceção apenas à agropecuária). Setores de considerável densidade tecnológica e de grande importância estratégica encabeçaram as demissões industriais. Os cortes penalizaram proporcional-



mente mais os homens — os indivíduos mais jovens — e os menos escolarizados. Especialmente, chama a atenção o fato de que oito das nove Regiões Funcionais do Estado enfrentaram perdas (apenas a RF 6 manteve seu contingente estagnado), e que esse movimento se concentrou nas duas porções do Rio Grande do Sul com maior densidade econômica, a RF1, que inclui a Região Metropolitana de Porto Alegre, e a RF3, que compreende o “coração” da Serra.

Para apreender a dinâmica do ano de 2016, foi necessário apoiar a análise fundamentalmente no Caged e cotejá-lo com a RAIS do ano anterior, após adaptá-la — com a exclusão de algumas categorias de vínculo de trabalho — ao universo coberto pelo Caged, já que este último é um pouco mais restrito. Admitindo-se essa (incontornável) redução de acuidade — de resto não tão severa —, observa-se que 2016 foi de perdas suplementares no mercado formal de trabalho gaúcho, ainda que menos intensas. Outros 53 mil empregos desapareceram (pouco mais de 2% de retração dessa vez), somando-se aos mais de 100 mil de 2015. A indústria de transformação, mais uma vez, participa com cerca de metade desse enxugamento. Da mesma forma que no ano anterior, os homens perdem um pouco mais do que as mulheres, bem como — grosso modo —, os trabalhadores menos escolarizados. A análise regionalizada evidencia o caráter agudo da conjuntura na RF5, que responde especialmente à reversão de expectativas com relação ao Polo Naval. Nem por isso, as RFs 1 e 3 (Metropolitana e Serra) deixaram de comparecer com variações mais negativas do que o agregado do Estado. Quatro regiões conseguem encerrar 2016 com um estoque de empregos formais praticamente idêntico ao do ano anterior. No ano passado, outra discrepância com relação a 2015 foi um “efeito” oposto da faixa etária na probabilidade de terminar o ano empregado: dessa vez, as variações foram bastante positivas para os segmentos mais jovens e fortemente adversas para os mais idosos, havendo um “platô” de estabilidade para os contingentes entre 25 e 50 anos de idade.

Os dados do Caged referentes aos quatro primeiros meses de 2017 mereceram aqui advertências, talvez mesmo excessivas, devido à fragilidade de considerá-los sem o devido — e detido — ajuste sazonal. Esse, idealmente, precisaria contemplar os efeitos da estacionalidade para cada uma das desagregações utilizadas — especialmente as aberturas setoriais e os recortes territoriais, mas igualmente para atributos dos trabalhadores, que com essas variáveis se correlacionam. Sem esse tratamento, que fugiria ao escopo do texto, observou-se com a devida cautela o saldo positivo de 22 mil postos de trabalho no quadrimestre, em território gaúcho. Apenas duas regiões do Estado acumulavam, até ali, perdas no ano (a RF4 e, novamente, a RF5). A indústria de transformação é responsável por quase todo o ganho (20 mil empregos), mas, exemplificando-se a reserva com que se deve tratar o dado, metade desse contingente corresponde à indústria fumageira, em fase de safra. O quadrimestre discrepa, ainda, da distribuição por sexo das variações recentes no emprego, com 76% do ganho, desta vez em favor dos homens, como 2016 privilegia os mais jovens; ao contrário dos dois anos anteriores, ele é mais benéfico para menos escolarizados do que para os que detinham mais anos de estudo (exceção apenas ao superior completo).

Se não houvesse outras razões para receber com reserva esses dados do quadrimestre, valeria apenas lembrar que, nos dois anos anteriores — claramente recessivos, como provaram ser ao terminarem —, o Caged acumulado de janeiro a abril resultava em saldos positivos. Evitando-se, portanto, leituras apressadas dos dados mais recentes da série, o que ressalta de todo esse percurso de análise é a grave e continuada crise pela qual o emprego passa no Estado. Espera-se ter contribuído para a compreensão das especificidades territoriais, produtivas e sociais dos custos dessa conjuntura, em favor de seu enfrentamento.

## Referências

---

BRASIL. Ministério do Trabalho (MTB). Departamento de Emprego e Salário. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2015. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Departamento de Emprego e Salário. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**. 2017. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>>. Acesso em: jul. 2017.

FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. Trajetórias do emprego formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do Caged. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.

XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. Em busca das seletividades na vazante: o perfil dos desligados do mercado formal de trabalho da RMPA em 2015. In: CALANDRO, M. L.; MIEBACH, A. D.; ALVIM, A. M. **Inovação, sustentabilidade e desenvolvimento no RS**. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2017. p. 182-195.